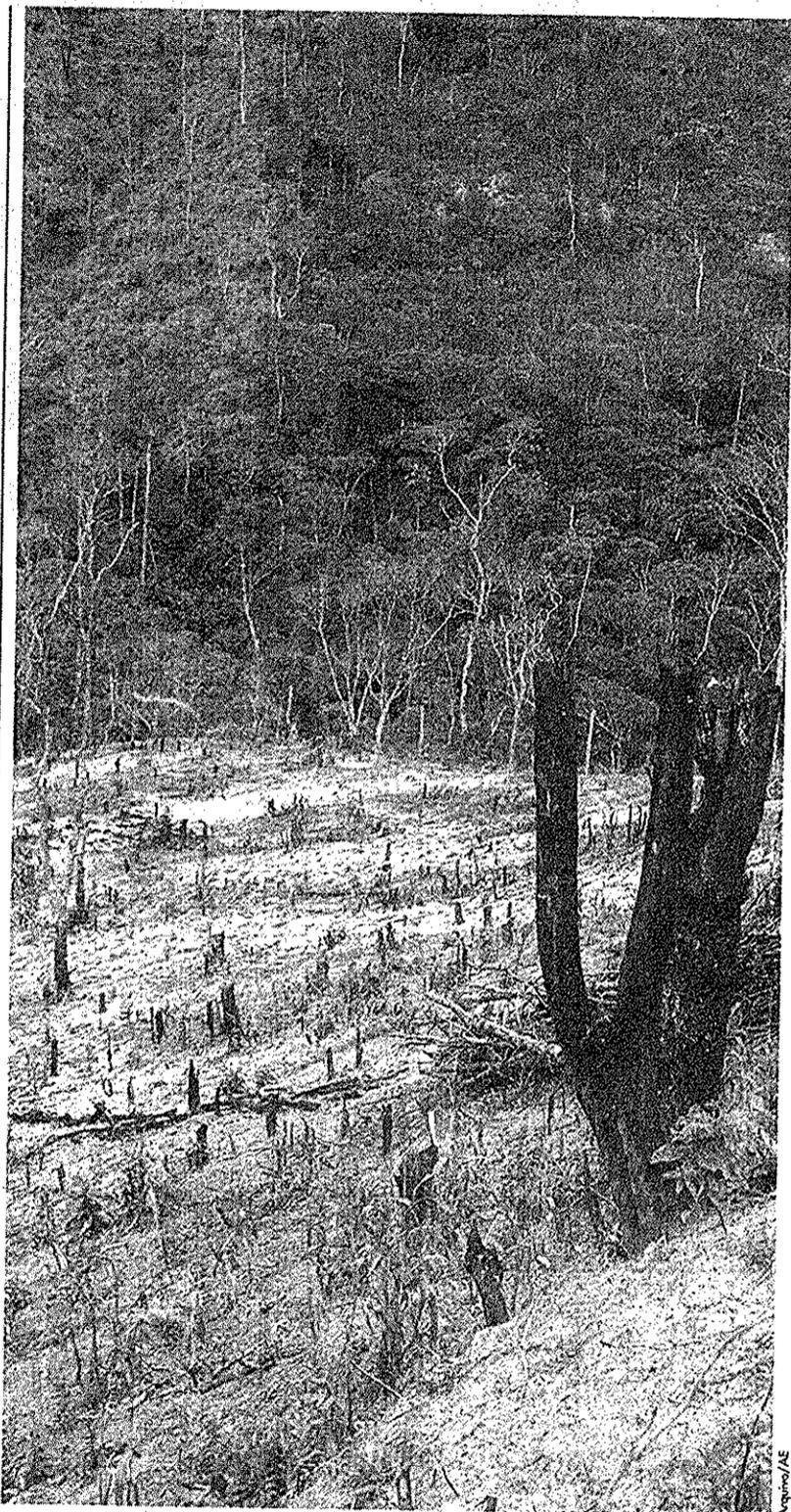


13/2/99 12A
286



FLORESTAS: governo prometeu proteger 10% da Amazônia até ano 2000

Aumentam os desmatamentos irregulares

Estima-se que cerca de 50% das autorizações de desmatamento tenham irregularidades e podem ser canceladas. Mas é de se perguntar qual o possível efeito, no ritmo de desmatamento, do cancelamento das autorizações irregulares.

Entre 97 e 98, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

identificou 1.600 km² de desmatamentos não autorizados. Nem por isso o desmatamento deixou de crescer. E os outros 28.465 km² desmatados nestes dois anos ainda são uma incógnita.

"Precisamos sair do mero controle, apreensão e punição para o estímulo ao uso sustentável das florestas", acrescenta Garo Batmanian, da Organização Não-Governamental WWF. "A questão ambiental também deveria permear as iniciativas dos ministérios dos Transportes, da Agricultura, da Energia e da Reforma Agrária".

(L.J.)

Amazônia: governo insiste em promessas

Das 10 ações de preservação ambiental anunciadas em janeiro do ano passado, poucas foram implementadas ou tiveram resultados concretos

"O governo precisa parar de tomar apenas medidas emergenciais e pensar em políticas a longo prazo para a Amazônia". A frase, dita por Garo Batmanian, diretor do Fundo Mundial para a Natureza, WWF, no Brasil, reflete o pensamento da maioria dos ambientalistas e cientistas, alarmados com o novo crescimento da taxa anual de desmatamento de 13.227 quilômetros quadrados, em 1997, para 16.838, em 1998.

Ao invés de tirar lições dos próprios erros e acertos, o governo insiste em repetir estudos e promessas. Das 10 ações anunciadas em janeiro do ano passado, (quando o desmatamento de 95 e 96 foi anunciado), poucas foram implementadas ou tiveram resultados concretos.

Uma revisão elaborada pelas entidades ambientalistas WWF e Instituto Socioambiental (ISA) mostra, por exemplo, que o governo prometeu definir critérios ambientais para o programa de agricultura familiar (Pronaf); criar uma rede de florestas públicas abertas ao acesso da iniciativa privada; criar leis específicas para o sistema de concessões florestais em áreas públicas; fazer treinamento e capacitação de recursos humanos para o setor florestal; e elaborar planos de reconversão de áreas degradadas e reorientar assentamentos em áreas já desmatadas. Nada disso foi feito.

O governo também prometeu regulamentar as queimadas, mas ve-

tou o artigo da Lei de Crimes Ambientais referente ao assunto e editou o Decreto 2621, com normas para o emprego do fogo na agricultura e pecuária. O decreto, segundo o ISA, "tornou-se um instrumento de estímulo às queimadas". O Ibama lançou um programa de prevenção e controle de queimadas, mas amargou mais de 77 mil focos de fogo em 98, contra 47 mil em 97, sem contar o incêndio recorde de Roraima e de diversas áreas protegidas.

O governo prometeu e criou o programa de Florestas Nacionais (Flonas), para exploração sustentável de madeira. Das 7 Flonas anunciadas, só uma, a do Tapajós (PA), foi licitada. Mas não estava com a situação fundiária regularizada e, até agora, não há nenhuma produzindo. O governo prometeu proteger pelo menos 10% da área da Amazônia em unidades de conservação, até o ano 2000. De acordo com dados do Ibama, o total de unidades existentes, entre as criadas neste governo e as anteriores, soma 5,7% da Amazônia Legal.

Restam 10 meses para a criação dos outros 4,3% prometidos ou mais 210.451 quilômetros quadrados. Na realidade, muitas das unidades criadas ainda não existem. O governo prometeu criar um sistema de informações compartilhadas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e fazer uma campanha educativa para esclarecimento do novo ITR (Imposto Territorial Rural).

"O sistema de fato teve início", explica Ana Lúcia da Cruz, técnica em políticas públicas do WWF. "Mas a campanha não aconteceu e não adianta ter uma lei, se a sociedade não a conhece." O novo ITR considera florestas como áreas produtivas e a ação conjunta Ibama-Incra confere se a área declarada preservada existe de fato.

Agora, em 99, a principal ação anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, é a suspensão das autorizações de desmatamento e revisão de irregularidades.

Liana John/AE

